

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

YOUNG AND ADULT LITERACY IN THE *POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO*

Francisca Izabel Pereira Maciel

*Professora da Faculdade de Educação/UFMG
Pesquisadora e diretora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
Coordenadora da pesquisa Alfabetização no Brasil, o estado do conhecimento
emaildafrancisca@gmail.com*

Valéria Barbosa de Resende

*Professora adjunta da Faculdade de Educação da UFMG
Pesquisadora do Centro de Alfabetização, leitura e escrita
Membro do Projeto EJA/ 1º Segmento (PROEF 1) da UFMG
valeriaresende2@gmail.com*

O fenômeno do analfabetismo no Brasil é abordado ao longo de todo o documento elaborado sobre a Política Nacional de Alfabetização – (PNA). No texto de apresentação, o Secretário Carlos Nadalim argumenta que a PNA quer “*eleva a qualidade da alfabetização e **combater o analfabetismo em todo o território brasileiro***”. (grifos nossos)

Combater, eliminar, erradicar o analfabetismo continua sendo o viés discursivo da PNA. Política nenhuma de alfabetização de jovens e adultos obterá sucesso se a ação continuar sendo ideologicamente **entrar em combate, lutar contra; expulsar, fazer desaparecer; arrancar pela raiz** um problema que precisa ser encarado com a seriedade e o compromisso social e educacional. Dificultar o aprendizado da leitura e da escrita é violar um direito humano e isto se torna ainda mais perverso quando se trata de jovens e adultos.

Ainda no texto de apresentação, evidencia-se que foi formado um grupo de trabalho que “estudou experiências exitosas de estados e municípios brasileiros, bem como de outros países que formularam suas políticas públicas com base em evidências científicas e melhoraram os índices não só de leitura e escrita, mas também de matemática” (PNA, 2019, folha 5). Entretanto, ao longo do texto não encontramos reflexões sobre esses estudos com relação à alfabetização de jovens, adultos e idosos e o documento apenas traz referências dos autores KRUIDENIER (2002, 2010) e SOUZA (2011), que retomaremos mais adiante.

A “nova” Política Nacional de Alfabetização chama atenção para os dados estatísticos sobre analfabetismo, analfabetos, analfabetos funcionais, analfabetos absolutos do Brasil, ao longo de 54 páginas. Entretanto, ao tratar especificamente sobre os 11,3 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever, o documento o faz em apenas uma página.

A alfabetização de jovens e adultos é abordada no documento em rápidos cinco parágrafos, assim organizados: No tópico 2.5 intitulado “Alfabetização de jovens e adultos” são elencados, de modo bem abreviado, os anseios da população de jovens e adultos analfabetos, que se resumem à aquisição de habilidades relacionadas ao pragmatismo do dia a dia como, por exemplo, escrever o próprio nome; ler ou escrever recados, que são habilidades importantes para a inserção no mundo social e produtivo, mas não exclusivas.

A bibliografia citada para o leitor que queira aprofundar sobre o tema se resume a uma dissertação de mestrado defendida em 2011 (erroneamente datada de 2018) por Juliane Souza, intitulada “Aprendendo a ler e a escrever: um estudo com jovens e adultos na EJA no enfoque metalinguístico”, sob orientação da professora Maria Regina Maluf (PUC/SP). A pesquisa foi realizada com 62 sujeitos com idades entre 15 e 82 anos, que foram submetidos a um ditado composto por 19 palavras e uma tarefa de reconhecimento de palavras. O objetivo da pesquisa foi verificar como estavam lendo e escrevendo os alfabetizados de uma escola de periferia da grande São Paulo e as relações entre habilidades metafonológicas e aprendizagem da escrita. A partir de análises estatísticas concluiu-se que há uma relação positiva entre desempenho nas tarefas de escrita e desempenho nas tarefas de consciência fonológica. Constatou-se também mais facilidade dos adultos com a habilidade de segmentar a palavra em sílabas do que a habilidade fonêmica. Por fim, a autora indica que “os fatores sociais, emocionais, motivacionais exercem forte influência no aprendizado de cada um deles. Os jovens, adultos e idosos trazem consigo para as salas de alfabetização toda uma história, marcada por exclusões, fracassos e impossibilidades” (SOUZA, 2011, p. 72).

Ora, sabemos que a vertente teórica abordada na referida dissertação – paradigma fonológico – é relevante, mas não pode ser considerada a única “evidência científica” plausível para compreender a complexidade envolvida na alfabetização de jovens, adultos e idosos. A própria autora aponta, nas considerações finais, a necessidade de pesquisar e considerar outros fatores, além dos fatores propriamente linguísticos. Daí pergunta-se: Onde estão, na PNA, os estudos envolvendo o paradigma social, cultural e pedagógico da EJA? Onde está Paulo Freire?

No parágrafo seguinte, nos deparamos com outro tópico 2.5.1, cujo subtítulo é: “Crianças e adultos aprendem a ler do mesmo modo?”. O

documento traz como resposta uma citação referendando os argumentos apresentados para o processo de alfabetização de crianças. Isto é, para os ideólogos e especialistas da PNA:

No processo de alfabetização de jovens e adultos devem estar presentes os mesmos componentes já mencionados anteriormente: [referindo-se ao processo de alfabetização de crianças] consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita (KRUIDENIER, 2010). (PNA, 2019, p.35)

Ao igualar o processo de alfabetização de jovens adultos ao das crianças os especialistas não trazem “evidências científicas” e deixam de contemplar diferenças específicas do público adulto. Dizer que os componentes do processo de alfabetização de crianças são os mesmos para os adultos é aproximar por demais e, ao mesmo tempo, desconhecer as especificidades das crianças e dos adultos, sem levar em consideração os tempos, a memória, a organização e a reorganização desses componentes - *consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita* - no processo de aprendizagem dos adultos.

O autor tomado como referência é KRUIDENIER (2010), que apresenta estudos em língua inglesa (EUA) sobre princípios para a instrução básica de leitura para adultos, realizado pelo “The Reading Research Working Group”. Esses princípios estão ancorados no paradigma fonológico, são eles: reconhecimento de palavras individuais, fluência na leitura, vocabulário e compreensão leitora.

Deste modo, a concepção de leitura adotada na PNA se reduz ao ato de decodificar palavras e de extrair informações explícitas em textos. Entretanto, entendemos que a leitura é uma atividade complexa,

é tanto uma atividade cognitiva quanto uma atividade social. Como atividade cognitiva, pressupõe que, quando as pessoas leem, estão executando uma série de operações mentais (como perceber, levantar hipóteses, localizar informações, inferir, relacionar, comparar, sintetizar, entre outras) e utilizam estratégias que as ajudam a ler com mais eficiência. Como atividade social, a *leitura* pressupõe a interação entre um escritor e um leitor, que estão distantes, mas que querem se comunicar. Fazem isso dentro de condições muito específicas de comunicação, pois cada um desses sujeitos (o escritor e o leitor) tem seus próprios objetivos, suas expectativas e seus conhecimentos de mundo. (CAFIEIRO, 2014, p.167)

Com relação aos conhecimentos de mundo, Paulo Freire já dizia que “*a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente*” (FREIRE, 1989, p. 11). Partindo dessas ideias, além da questão da decodificação e da *leitura da palavra* propostos pela PNA, temos aqui outros princípios voltados para uma concepção de educação como diálogo, educação como conscientização. Como afirma Soares,

na proposta Paulo Freire, trata-se, sim de selecionar palavras do universo vocabular dos alfabetizandos, trata-se também de selecionar palavras que atendam a uma sequência adequada de aprendizagem das relações fonema-grafema, mas não se seleciona quaisquer palavras: selecionam-se aquelas carregadas de significado social, cultural, político, vivencial. (SOARES, 2003, p.120)

A PNA, quando desconsidera Paulo Freire e os paradigmas social, cultural e pedagógico, impede que o professor alfabetizador de jovens, adultos e idosos atue de forma dialógica e crítica, tornando-se um mero transmissor, aquele que deposita conhecimentos na cabeça do educando, o que Paulo Freire chamou de Educação bancária. A PNA concretiza, como afirma SILVA (2019, p.220), “um segundo exílio do educador, ou seja, do reconhecido legado freireano herdado pela humanidade”. Assim como Silva, defendemos que a professora alfabetizadora tenha autonomia para construir sua prática pedagógica, que ela tenha acesso, em seu percurso formativo, à diversidade de saberes e não apenas à instrução fônica, colocando quem ensina e quem aprende como protagonistas no processo educativo.

Outro paradoxo da PNA e do nosso ponto de vista relacionado à alfabetização de jovens e adultos refere-se à “literacia familiar”. De acordo com o documento da PNA:

Ficou demonstrado que quanto maior o envolvimento dos pais na etapa da educação infantil (**por meio da leitura em voz alta** e de conversas mais elaboradas com seus filhos, por exemplo), mais habilidades de literacia a criança poderá adquirir.” p.16 (grifos nossos)

Como implementar uma Política Nacional de literacia familiar, se o documento aponta que três entre dez brasileiros com idade acima de 15 anos são analfabetos funcionais? Como ter uma PNA se não se prevê uma política de alfabetização para os pais e os avós dessas crianças e uma alfabetização geracional, contemplando os direitos dos pais e dos filhos de se alfabetizarem? Atualmente, é crescente o número de pais e avós que vêm

assumindo o acompanhamento das crianças na escola, mas não fazem do modo que gostariam, pois não sabem ler e escrever e se sentem incapazes de participar plenamente do processo de aprendizagem delas. É desejável que uma PNA busque integrar a família à escola, oferecendo ações que favoreçam essa integração, caso contrário, corremos o sério risco de se transferir para a família o fracasso dos filhos/netos na alfabetização.

Passados quase 200 anos da 1ª Constituição brasileira (1824), é lamentável verificar o descaso com o direito à educação, o que atinge a todos os cidadãos brasileiros e, especialmente, 29% da população com idade entre 15 a 64 anos, analfabetos funcionais que continuarão sem perspectivas, diante da ausência de uma política educacional que atenda o direito de saber ler e escrever.

Referências

- CAFIEIRO, Delaine. Leitura. In: FRADE, Isabel A.S. COSTA VAL, Maria da Graça, BRUNCI, Maria das Graças C. *Glossário CEALE: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1989. 23a. edição.
- SILVA, Wagner Rodrigues. Polêmica da alfabetização no Brasil de Paulo Freire. *Trab. Ling. Aplicada*, Campinas, no. (58,1): 219-240, jan./abr.2019.
- SOARES, Magda. *Paulo Freire e a alfabetização: muito além de um método*. In: Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOUZA, Juliana Devecchi Pinheiro de. *Aprendendo a ler e escrever: Um estudo com jovens e adultos da EJA no enfoque metalinguístico*. São Paulo: 2011. 97 páginas. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.